

## **A PROBLEMATIZAÇÃO DA NOÇÃO DE JUVENTUDE E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: O CASO DO PACTO NACIONAL PELO FORTALECIMENTO DO ENSINO MÉDIO**

*Marcos Vinicius Da Silva Goulart*

### **Resumo**

A problematização da noção de juventude é fundamental nos cadernos de formação do Pacto Nacional Pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM). Ela indica uma compreensão em relação aos alunos que frequentam o nível médio de ensino e, ao mesmo tempo, é parte de um discurso sobre a qualidade da educação. Sob o referencial teórico foucaultiano, especificamente a sua maneira de analisar os discursos, esta pesquisa pretende compreender como os *ditos* sobre a experiência juvenil operam nesta política de formação continuada. Ao contrapor-se a uma escola que vê os alunos como meros alunos e não jovens que vivenciam uma experiência singular, propõe uma noção de qualidade que, longe de endossar o discurso midiático que a restringe a um bom desempenho em avaliações externas, pensa-a como formação integral, uma escola que tem a sensibilidade para lidar com a condição juvenil. Esta pesquisa indica que há uma continuidade em relação aos discursos das políticas públicas de juventude do início da década de 2000, que defendiam ações de empoderamento dos jovens. No PNEM, de outro modo, tratar o aluno como jovem é condição para uma boa prática pedagógica e, por conseguinte, uma educação de qualidade. A escola é vista como o espaço da experiência juvenil por excelência.

**Palavras-Chave:** Ensino Médio – Juventude – Formação Continuada de Professores – Qualidade da Educação

### **Introdução**

Esse trabalho é fruto de uma pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) intitulada, provisoriamente, “A emergência de uma *escola para e com os jovens?* A problematização da noção de juventude nos discursos de formação de professores no Ensino Médio”. O seu intuito deste trabalho é analisar como a noção de juventude, a partir do que chamamos de problematização (que será explicado mais adiante), aparece nos cadernos de formação do Pacto Nacional Pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM) em vista de uma qualidade da educação, mais ligada à ideia de formação humana integral. Ao considerar que os alunos devem ser vistos como jovens, os cadernos enunciam uma crítica a determinadas práticas docentes, refletindo e prescrevendo ações que impactariam na relação que os professores

estabelecem com os seus alunos.

Ao pesquisar no Portal de Periódicos da CAPES/MEC para analisar o que se tem produzido sobre a temática deste projeto, constatei uma escassez de textos e produções científicas que se aproximavam daquilo que pretendo desenvolver nesta pesquisa. Não há, em linhas gerais, estudos em que os discursos sobre a noção de juventude são analisados a partir do Ensino Médio tendo como referência o viés foucaultiano. Notou-se que a maioria dos trabalhos que abordam o nível médio são pesquisas em que professores analisam como trabalhar determinados conteúdos e disciplinas em sala de aula. Poucos trabalhos são um estudo sobre o Ensino Médio em si, isto é, algo sobre a sua natureza, seus objetivos e sujeitos – embora contata-se desde o ano de 2011 um aumento de trabalhos com essa abordagem.

Numa pesquisa dos termos “formação de professores”, “Juventude” e “Ensino Médio” no Portal de Periódicos CAPES/MEC, não encontramos artigos, teses e dissertações que abordem o tema os moldes de como pretendo desenvolver aqui. O que faço, no entanto, é uma tentativa de aproximar a minha pesquisa daquilo que se tem produzido em termos de estudos sobre juventude e Ensino Médio. Dividi essa pesquisa em dois pequenos blocos. É uma breve análise que serve apenas para situar a minha pesquisa no contexto das produções acadêmicas sobre o tema.

O primeiro bloco de artigos, dissertações e teses, cujo os termos pesquisados foram “Juventude” e “Ensino Médio” teve 24 resultados. Eram pesquisas que se centravam no modo como os jovens encaravam a escola, numa tensão entre o que lhes era oferecido e a suas expectativas, seus sonhos e anseios. Pesquisas que partiam do jovem e sua cultura para repensar o Ensino Médio. Destaco três trabalhos que considero em sintonia com a minha pesquisa, não pela orientação metodológica, e sim, por ter como base uma discussão sobre a noção de juventude e como ela deveria operar no chão da escola. Há também um trabalho de análise de documentos que, não obstante seguir outro viés metodológico, tem relação direta com o material analisado e a ser analisado pela minha pesquisa.

O primeiro trabalho que destaco é o de Gandolfo (2005), uma dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS. Ela tem como objeto de estudo o modo como a cultura juvenil é pensada na experiência docente do Ensino Médio, tendo como pano de fundo uma política de formação continuada de professores. As representações que os professores têm dos jovens foram analisadas com o intuito de pensar se elas colaboram ou não para a visibilidade de experiências protagonistas dos alunos, concluindo que é preciso repensar as práticas docentes. O segundo trabalho que destaco é o de Barbosa (2009), uma dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação

da Universidade de Brasília, no qual desenvolveu um estudo de análise documental tendo como referência a Análise de Discurso Crítica, demonstrando a relação estreita entre condição juvenil e Ensino Médio e as mudanças de orientação acerca deste tema nos documentos que o pautam. Conclui, por exemplo, que há uma tensão entre uma educação humanista e aquela pautada pela economia mundial. De um lado, por exemplo, a “Lei de Diretrizes e Base da Educação” (BRASIL, 1996) e, de outro, textos do Banco Mundial. Por fim, o terceiro trabalho que destaco, deste bloco, é o de (LEÃO *et al*, 2011) no qual é analisado a visão que jovens paraenses têm do Ensino Médio, um “olhar jovem” sobre as práticas desenvolvidas neste nível de ensino a partir de suas experiências. Conclui que o Ensino Médio não vem oferecendo uma oportunidade de formação humana da juventude de modo que os alunos compreendam a si mesmos e possam elaborar os seus projetos de vida.

O segundo bloco de artigos, dissertações e teses, cujo os termos pesquisados foram “Ensino Médio” e “Formação de Professores” teve 40 resultados. Esses trabalhos eram mais centrados nos modos de se trabalhar algum tema ou disciplina no Ensino Médio, sendo textos, em grande parte, de metodologia pedagógica específica em relação a uma área. Não foram encontrados trabalhos que tenham relação com a minha pesquisa, entretanto, mencio dois que, por refletir sobre o nível médio, são importantes. O primeiro de Coutinho *et al* (2014) que aborda a pouca utilização de pesquisas acadêmicas sobre o contexto escolar, numa escola pública de nível médio. Constata que a utilização destas pesquisas transpostas para o cotidiano pedagógico são de extrema valia, sendo uma forma de refletir sobre a realidade escolar. O segundo texto, Catanzaro (2012), aborda, sob um viés foucaultiano como o programa “São Paulo faz Escola”, implantado pelo governo do estado de São Paulo, em 2008, para elevar os indicadores de qualidade do ensino vem sendo trabalhado no contexto da educação paulista, concluindo que o programa é insuficiente para alcançar os objetivos a que se propõe. Assim, temos aqui, pela escassez de pesquisas sobre o tema, as razões que fazem este trabalho ser relevante.

O Pacto Nacional Pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM), política de formação de professores e coordenadores pedagógicos que atuam no Ensino Médio público brasileiro, instituída em 2013 pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2013a), tem como intuito transformar esse nível de ensino, propondo uma reflexão sobre as práticas escolares, o seu currículo, a gestão das escolas e a relação professor/aluno em sala de aula. Além disso, tem como um dos objetivos principais implementar as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (BRASIL, 2012). Por outro lado, o PNEM tem ligação direta com o Programa Ensino Médio Inovador (BRASIL, 2009), tendo em vista que buscam qualificar o Ensino

Médio através de um currículo mais significativo para os alunos, em diálogo com a noção de juventude, que opera como uma crítica ao modo como esse nível de ensino acontece no Brasil.

Compreender os alunos como jovens, que vivenciam uma experiência juvenil, aparece como uma problematização fundamental do PNEM, há um caderno específico que trata do tema (BRASIL, 2013c). Nele a compreensão do aluno como um jovem serve como base para reflexão sobre as práticas escolares, tanto do ponto de vista da gestão, como do trabalho docente. Considero essa reflexão parte de uma problematização da noção de juventude, muito presente nas discussões sobre o tema, ainda mais quando envolvem, também, o papel do Estado para com os jovens no país. Essa problematização é um modo como a noção é abordada nos documentos, ela se afirma num jogo do verdadeiro e do falso, negando algumas visões sobre os jovens e afirmando outras – juventude é uma coisa, em detrimento de outra.

A noção de problematização que utilizo aqui é específica e singular. Não é apenas um problema que está diante de nós e que sobre ele pensamos, mas um recurso discursivo que atua como prática divisora ao jogar com a noção de verdade. Segundo Michel Foucault, é “o conjunto de práticas discursivas ou não discursivas que faz alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso e o constitui como objeto para o pensamento [...]” (2006, p. 242). Com isso, quero dizer que a problematização da noção de juventude, que aparece no PNEM, introduz uma visão de experiência juvenil que opera prescrevendo práticas a partir do jogo da afirmação e da negação. Antes de seguir, todavia, é necessário fazer um esclarecimento. A minha intenção não é negar a importância de se fazer uma reflexão sobre o perfil dos alunos que frequentam o nível médio, tampouco dizer que uma política de formação continuada que siga nesta linha é irrelevante. Nada disso! Quero analisar como esse discurso, que introduz uma noção de jovem, vem se desenvolvendo, visando mudanças significativas na visão que se tem sobre os alunos na escola. Analisa-se o PNEM, pois ele é um programa que tem como objetivo impactar significativamente nas práticas docentes e no currículo do Ensino Médio. É sobre ele que este texto irá se concentrar. Reconheço que esta análise é parcial, não tenho a pretensão de encerrar o assunto, e sim iniciar um debate sobre um ponto pouco abordado pelas pesquisas acadêmicas atuais: o modo como a noção de juventude opera nos discursos de formação de professores no Ensino Médio, tendo em vista a qualidade da educação.

Feito este esclarecimento, sigo apresentando a problemática de pesquisa que será desenvolvida neste texto, a saber, **como a problematização da noção de juventude opera nos cadernos de formação do Pacto Nacional Pelo Fortalecimento do Ensino Médio tendo em vista a qualidade da educação?** Embora esta questão se limite a uma política

específica, não me restrinjo apenas aos documentos referentes ao PNEM, e sim às conexões que eles estabelecem com outros, pois, na perspectiva metodológica que utilizaremos, a análise do discurso de inspiração foucaultiana, os enunciados que compõem os discursos estão em constante relação uns com os outros (FOUCAULT, 2007). Assim sendo, não devemos tomar os documentos como origem de determinados discursos. No caso da noção de juventude, seria contraproducente centralizarmos a nossa análise apenas nos modos como ela aparece nos cadernos do PNEM, pois ela é muito mais algo que emerge de determinado contexto político e histórico, do que um conceito formulado por autores a partir do qual buscamos compreendê-lo em essência, isto é, a maneira como eles pensaram para chegar a determinado tipo de noção.

Deste modo, a minha intenção é elaborar uma análise desta problematização que aparece nos documentos do PNEM e como ela mobiliza uma série de enunciados que reformula a relação professor/aluno no chão da escola a partir de um discurso formativo. Entendemos, neste caso, formação como algo um pouco mais amplo, como um modo de subjetivação (FOUCAULT, 1984), pois estaríamos diante de um processo em que discursos instituem maneiras de os sujeitos se relacionarem consigo mesmo. Em seguida, iremos apresentar a metodologia e, especificamente, os documentos que compõem o *corpus* desta análise.

### **A Análise do Discurso de Inspiração Foucaultiana: O “olhar” desta pesquisa**

A noção de discurso em Michel Foucault, além de estar dispersa em sua obra, não parece ter um sentido único. A meu ver, muito antes de uma definição fechada em si mesma, é uma noção em processo. Basta ler o seu livro, “A Arqueologia do Saber” (FOUCAULT, 2007), para perceber que o filósofo, com certa relutância em dizer precisamente o que o discurso é, convida o leitor a seguir o seu caminho de reflexão, sendo uma definição que parece emergir da obra. Não obstante isso, o intuito aqui é pensar como esta noção participou do seu modo de analisar experiências muito específicas, tais como sexualidade e loucura. Ele tem uma maneira muito singular de encarar o que são enunciados e a sua relação com sistemas de formação. Esses enunciados, muito longe de serem apenas o que é *dito* (no sentido verbal), constituem eles mesmos uma função que dá corpo a formações discursivas (FOUCAULT, 2007). Os enunciados estão para os discursos como elementos fundamentais e são eles que fazem com que os documentos ocupem um espaço em determinado discurso, bem como se conectem com outros discursos.

Os discursos, na perspectiva foucaultiana, todavia, materializam práticas e, longe de buscar o seu princípio de unidade, ao analisá-los, é preciso pensá-los como dispersão, abrindo mão das essências, focando nos interstícios, naquilo que os diferencia de outros e o fazem ser o que é (FOUCAULT, 2007). Mas, o que isso significa? Que não devemos isolar enunciados neles mesmos, buscando sua origem ou qualquer significado oculto. Nossa linguagem não se dá somente a partir do que dizemos, ela opera nos modos como encaramos o mundo em que vivemos e é por isso que não podemos achar que o que é falado ou escrito pode ser isolado daquilo que pensamos ou fazemos. Gilles Deleuze (2005) chama Michel Foucault de “o novo arquivista” por preocupar-se com algo além das proposições e frases quando analisa os discursos. Ao analisar enunciados, que compõem os discursos, ele estaria preocupado com as práticas que fizeram com que determinado *dito* fosse possível.

A análise discursiva, nesta perspectiva, assim, é buscar “[...] as regularidades que funcionam tal qual leis que governam as dispersões dos enunciados que compõem esses discursos” (VEIGA-NETO, 2007, p. 48). Os enunciados, com isso, estão para os discursos como funções que compõem uma regularidade, que faz um discurso ser o que é e, também, exteriorizar-se num outro. Quando analisamos documentos, não examinamos apenas o sentido de frases ou proposições, procuramos *ditos* que *funcionam* como mobilizadores de práticas, que fariam parte de um discurso. Utilizo o termo *dito* como um enunciado, na medida em que ele se relaciona com práticas, neste caso, pedagógicas, que visam “sair do texto” e formular modos de encarmos determinados problemas. Por exemplo, dizer que o jovem deve ser compreendido de um modo e não de outro, o que chamamos de problematização da noção de juventude, é fazer com que gestores e professores, muito além de ver os alunos de uma forma, busquem efetivar em seus planos de aula, metodologia de trabalho, organização da escola uma prática cotidiana condizente com esta reflexão e visão de jovem/aluno. Logo, quando um documento enuncia que é preciso deixar o jovem viver a sua experiência na escola, com o intuito de melhorar o Ensino Médio (BRASIL, 2013c), temos um discurso que traz para o cenário da escola a defesa de certa experiência que pautará a atuação dos professores.

Os documentos a serem analisados neste texto são os seguintes:

- Cadernos de Formação da 1ª Etapa do Pacto Nacional Pela Formação do Ensino Médio (BRASIL, 2013b, 2013c);
- Documento Orientador do Pacto Pelo Fortalecimento do Ensino Médio (2013a).
- Documento Orientador do Programa Ensino Médio Inovador (BRASIL, 2014).

## **A problematização da noção de juventude no Pacto Nacional Pelo Fortalecimento do Ensino Médio: Contextualização histórica e análise do discurso**

A problematização da noção de juventude aparece como eixo central nos documentos analisados, o que indica uma reorientação no modo como os alunos do Ensino Médio devem ser vistos, além de demonstrar certa continuidade em relação a um discurso que vem se desenvolvendo desde a década de 1990, quando as Políticas Públicas de Juventude ganharam espaço na discussão acadêmica e nas das instituições governamentais e não governamentais. Esta discussão, que critica determinadas concepções, introduz uma reorientação do Estado Brasileiro em relação aos jovens. Em 2004, por exemplo, aparece o “Plano Nacional de Juventude”, Projeto de Lei 4530/2004 (BRASIL, 2004), que foi um marco para essas discussões. Embora ele próprio não tenha sido aprovado ainda pela Câmara de Deputados, ele teve o papel importante de trazer para o espaço público uma preocupação maior para com os jovens, vistos a partir disto como sujeitos com singularidades específicas. Tendo como base um relato das discussões que geraram o Plano Nacional de Juventude, pode-se dizer que ele

[...] foi se constituindo para oferecer à juventude brasileira marcos legais que definissem os direitos dos jovens, registrassem as suas aspirações, reunissem os temas correlatos e, finalmente, sinalizassem realidades possíveis. (GONZALES; GUARESCHI, 2009, p. 39.)

A proposta deste plano era a efetivação de direitos fundamentais que já estavam postos no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), porém, a partir de uma visão de juventude que não era abarcada pela noção de adolescência prevista no ECA. Este trabalho não focará neste tema, utilizei o exemplo do Plano Nacional de Juventude para demonstrar uma reorientação do país, do ponto de vista das Políticas Públicas, ao repensar a sua relação com a população jovem. Esse documento tem relação direta com a constituição do Estatuto Nacional da Juventude (BRASIL, 2013d), que lança diretrizes para políticas públicas de juventude no Brasil. O discurso que está na base destes documentos é uma revisão do que se entende por juventude quando relacionada a ações governamentais, elaborando uma visão para além da mera transição para a idade adulta, além disso, negando-se a vê-la apenas como um problema a ser enfrentado, visto ser estar relacionado a problemas como uso de drogas, violência, etc. O conceito de protagonismo juvenil aparece, neste processo, como uma forma de tratar o jovem sob este viés: não mais como receptor de políticas, mas produtor; não mais como problema, mas solução. Como diz Regina Souza, ele “[...] oferece uma alternativa ‘saudável’ de participação juvenil” (2008, p. 15). E esta alternativa é mostrar a capacidade

que os jovens têm de não somente tomar as rédeas da própria vida, mas influenciar no espaço público.

Essa experiência do protagonismo juvenil tem a sua importância pois inspirou uma série de políticas públicas voltadas aos jovens desde a década de 1990. No Projovem Urbano (BRASIL, 2008), por exemplo, ele aparece como um objetivo da formação, o trabalho desenvolvido no programa deve se orientar para a sua construção. É preciso esclarecer, entretanto, que há críticas em relação ao uso do termo “protagonismo juvenil”, muitas vezes ligado a um voluntarismo em que os jovens são “utilizados” como mobilizadores de ações sociais. Uma crítica ao uso dessa noção aparece num texto de Sposito e Carrano (2003), que apresenta uma defesa de políticas públicas que tenham a juventude como sujeito político ativo, em oposição às políticas públicas que apenas eram direcionadas aos jovens, nas quais o uso do termo “protagonismo juvenil” era muito mais uma simplificação ou um código para se ter acesso a financiamentos públicos.

O pressuposto básico da problematização aqui presente é que há uma forma de abordar o papel dos jovens na sociedade e os modos como devemos os encarar, é uma abordagem crítica no sentido de negar uma visão que percebe os jovens como um problema social a ser enfrentado ou como sujeitos passivos do processo político. Ao mesmo tempo, apresenta outra maneira de abranger esses jovens, buscando estabelecer, no jogo do falso e verdadeiro, na afirmação de um conceito, uma forma de considerar os jovens como produtores de experiências singulares, das quais se faz necessário levar em consideração em relação ao trabalho para e com eles. Em suma, a partir disso, a problematização da noção de juventude seria uma moduladora, pela qual a legitimidade das políticas públicas seria testada e sintonizada.

Como já dissemos, o PNEM é uma ação política voltada para a reformulação do Ensino Médio Público Brasileiro. Ele parte do pressuposto de que há um problema a ser resolvido nesse nível de ensino e a resolução do mesmo passa não somente por ações voltadas a reformulação curricular, mas em relação ao trabalho com os alunos em sala de aula. Nessa política, o discurso da qualidade da educação aparece como base para a crítica do mesmo. Problemas como evasão, currículo sem sentido para os jovens e aulas que não levam em consideração as suas experiências aparecem como parte do que deve ser resolvido. O jovem não é tratado, assim como no discurso das políticas públicas que apresentamos, como um problema, ao contrário, trabalhar com ele significa um “[...] desafio pela busca da compreensão a respeito do que significa ser jovem e estudante nos dias de hoje” (BRASIL, 2013c, p. 6). Deste modo, compreender a articulação entre a experiência juvenil e a



experiência estudantil, é um pressuposto básico para enfrentarmos uma das problemáticas que assolam o Ensino Médio atual.

Como um todo, o PNEM não tem o intuito de forçar um “jogo de culpados” (BRASIL, 2013c), culpabilizando um ou outro pelo problema do Ensino Médio, não quer jogar nas costas dos professores o problema, tampouco nas costas dos alunos. Porém, apresenta uma série de prescrições que indicam como o professor deve agir para melhorar a sua prática em sala de aula, isto é, ele precisa para além de pensar em conteúdos específicos de suas disciplinas, compreender os seus alunos utilizando como chave analítica o entendimento do que é ser jovem para, conseqüentemente, aproximar-se deles e melhorar a sua prática pedagógica. Há a denúncia de uma falta de sensibilidade da escola para com os jovens alunos, tendo em vista que

é uma tendência na escola de não considerar o jovem como interlocutor válido na hora da tomada de decisões importantes para a instituição. Muitas vezes, ele não é chamado para emitir opiniões e interferir até mesmo nas questões que lhe dizem respeito diretamente” (BRASIL, 2013c, p. 10).

Essa crítica aparece no documento sem que se apresente estudos para fundamentá-la, não obstante saibamos que o documento é elaborado por pesquisadores do tema. A nossa suposição é que pelo fato de o documento ser voltado para professores, evita-se entrar em muitos detalhes sobre pressupostos teóricos dos documentos, priorizando muito mais o caráter prescritivo: é necessário mostrar o que deve ser feito e não discutir exaustivamente determinado problema. De fato, a participação dos alunos nas escolas é um tema de extrema importância e deve ser levado em consideração. O PNEM, ao pautar este problema, introduz no discurso de formação de professores a questão da participação juvenil que, como vimos, é tematizada nos documentos sobre políticas públicas de juventude também. A diferença aqui é que esta discussão adentra no âmbito das práticas pedagógicas e, indo além, introduz a ideia de que é preciso ligar as ideias de aluno e jovem, pois parece que a escola tende a ver alunos como meros alunos e não como jovens.

Tratar os alunos como jovens é uma das prescrições, nos indicando que a escola precisa tornar-se sensível à experiência juvenil. Isso é um ponto que destoa em relação ao que vemos a mídia noticiar como solução para os problemas do Ensino Médio no Brasil. Há pelo menos duas visões de qualidade da educação que o PNEM busca contrapor, não de forma explícita, mas como algo que emerge da análise dos documentos. A primeira é a que o ensino oferecido aos jovens não teria qualidade pelo baixo desempenho deles em avaliações externas como o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e o Pisa (Programa Internacional de

Avaliação de Alunos). O Brasil, por exemplo, apresentou uma melhora no desempenho dos seus alunos avaliados no PISA entre os anos de 2003 e 2012 em matemática (AQUINO, 2016), porém, podemos deduzir disso que houve uma melhora na qualidade da educação brasileira? Será que apresentar um resultado razoável num teste específico, numa disciplina específica significa qualidade? Na perspectiva do PNEM, o problema é bem mais amplo.

Há, outro tipo de discurso sobre a qualidade da educação, que tem relação direta com os resultados do PISA, qual seja, a ideia de que o Ensino Médio não está formando os alunos para o mercado de trabalho e para o ingresso nas Universidades, havendo, com isso, uma desconexão entre o “mundo real” e a escola (ZERO HORA, 2015). O PNEM, diferentemente destes tipos de discurso sobre a qualidade da educação que apresentamos, está preocupado com uma qualidade que não apenas vê os jovens alunos como meios para obter determinados fins, por exemplo, ir bem numa avaliação externa, melhorando indicadores de qualidade do país, e sim, ao propor a sensibilidade da escola para lidar com questões ligadas à experiência juvenil, visa a uma formação humana integral.

O Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), que tem como princípio propor “[...] o redesenho do currículo e a ampliação das ações de formação continuada de professores” (BRASIL, 2014, p. 3) é um programa diretamente relacionado ao PNEM, sendo esse o responsável pela formação continuada dos professores e gestores do Ensino Médio. Não devem, assim, serem vistos isoladamente, pois o redesenho curricular, a partir da discussão com os professores sobre a escola de nível médio são processos complementares. Não há como falar em melhorar o trabalho com os alunos em sala de aula, tratá-los a partir da sua própria experiência juvenil, sem pensar numa reformulação do currículo. E aqui a noção de juventude não aparece somente como um princípio metodológico do trabalho docente, mas como base da discussão para uma mudança no currículo, já que

compreender os sujeitos e as juventudes presentes no Ensino Médio brasileiro e seus direitos à aprendizagem e ao desenvolvimento integral, são aspectos fundamentais para que as escolas redesenhem seus currículos” (BRASIL, 2014, p. 4).

Então, além de um princípio metodológico de trabalho com os alunos, a noção de juventude opera aqui como um mobilizador para uma mudança do currículo de Ensino Médio, não sendo apenas aquilo que os professores devem levar em consideração em seu trabalho, e sim, um norteador da gestão das escolas e de políticas curriculares. Se por um lado, os discursos sobre a qualidade da educação com o viés mais voltado para o desempenho de alunos em avaliações externas e preparação para o trabalho, aparecem com força atualmente

no Brasil, por outro, o PNEM busca introduzir uma noção de qualidade mais preocupada com uma escola voltada para a formação em si dos alunos.

Há um caderno específico que trata da formação humana integral, no qual a discussão sobre a qualidade da educação se refere muito mais a uma capacidade de fortalecer a permanência dos jovens na escola e conter a alta taxa de evasão. A partir da apresentação de alguns dados, constata que mesmo em função do aumento das taxas de matrículas nas redes estaduais, as taxas de reprovação aumentaram e, em relação a evasão, não houve melhorias (BRASIL, 2013b). Encarar os alunos como jovens que vivenciam experiências específicas é uma forma de fixá-los na escola e, além disso, ao tornarem o currículo e as práticas escolares mais atrativos ao interesse juvenil, respeita-se a formação humana e o direito que o sujeito jovem tem de frequentar uma escola que leve em consideração seus projetos de vida: profissional e pessoal.

Falar em educação humana integral, além disso, no contexto da escola de Ensino Médio é levar em consideração a noção de juventude, tendo em vista que esta orientação tem como preocupação a formação do indivíduo focando na autonomia e na cidadania. Deste modo, dizer que é preciso os professores buscarem conhecer o aluno real, isto é, aquele que é jovem (BRASIL, 2013c), como uma forma de desenvolver atividades pedagógicas mais significativas para ele, só demonstra que esta noção, e a maneira como ela é problematizada, opera como uma metodologia. Indica uma revisão de práticas que, conforme os documentos do PNEM, são danosas à manutenção dos jovens alunos nas escolas.

No documento orientador do PNEM (BRASIL, 2013a) a problematização da noção de juventude é um importante operador no sentido de justificar o programa, demonstrando uma preocupação em compreender o aluno que vivencia a experiência do Ensino Médio. Esta problematização, num documento orientador de uma política pública educacional, demonstra que ela funciona como parte da formulação da mesma, servindo, além disso, como crítica ao modo como a Educação Básica vem tratando os jovens. Por outro lado, apresenta uma receita para que se resolva um dos problemas que faz com que o Ensino Médio brasileiro esteja em crise, nos indicando que grande parte do problema passa por uma má compreensão do que é o aluno e, por conseguinte, do que é o jovem. *Grosso modo*, trabalhar a partir desta visão, é parte da resolução do problema. A problematização da noção de juventude é crítica no sentido de desconstruir algo e propor outra coisa. Nos poucos estudos sobre formação de professores do Ensino Médio, este discurso sobre juventude, introduz algo novo que está para além do trabalho com disciplinas, e diz respeito a mudanças no modo como devemos encarar os nossos alunos, sujeitos que experienciam a condição juvenil - compreendê-lo desta forma é

condição para educação humana e integral, sob esta perspectiva, uma educação de qualidade.

### **Considerações Finais**

O PNEM é, sem sombra de dúvidas, uma política de formação continuada de professores do Ensino Médio essencial para a melhoria da sua qualidade. Tornar a escola atrativa, em sintonia com as escolhas dos jovens que ali estão, é uma forma de ser sensível a experiências que esses alunos vivenciam no seu cotidiano. A crise atual do Ensino Médio, ligada à sua baixa qualidade, tendo em vista suas altas taxas de evasão e reprovação, levando apenas em consideração o que aparece nos documentos analisados do PNEM, necessita de uma efetiva ação do Governo Brasileiro. Reformular práticas, reformular currículos é parte da busca para a solução deste problema.

Há um conflito entre noções de qualidade da educação e o PNEM parece seguir na linha oposta daqueles discursos que se efetivam na mídia e que afirmam que a baixa qualidade da educação se deve a uma má formação dos jovens tendo como parâmetro seu desempenho em avaliações externas. Qualidade para o PNEM é sintonia com uma educação humana integral, não vê o jovem como meio, mas como um fim em si mesmo, isto é, como alguém que precisa receber uma educação para os seus sonhos e anseios. A problematização da noção de juventude, que tem muita força nos seus cadernos de formação, indica um modo de ver os alunos, um olhar metodológico com a finalidade de mudança de práticas, embora o professor, nesse caso, seja o mais responsabilizado, não por ser culpado pela crise, mas por ser um agente dela, pois é ele que na prática efetiva esta educação que não leva em consideração o aluno como jovem.

Esta ideia de que os alunos são jovens e a noção que dá suporte a isso está em sintonia com os discursos sobre políticas públicas de juventude desde a década de 1990, quando os jovens ganham o espaço público como sujeitos específicos de direitos. Compreender que a problematização da noção de juventude nos cadernos de formação do PNEM tem uma relação direta com um processo histórico, de ações políticas em desenvolvimento no interior do Estado Brasileiro, nos faz ter uma visão mais ampla sobre ele, percebendo que os seus discursos críticos e prescritivos não são isolados e não devem ser vistos desta forma.

A importância desta política pública repousa na sua continuidade em relação a um processo, o das políticas públicas de juventude, e descontinuidade em relação a outro processo, o do jovem como meio para um fim. No primeiro caso, demonstra uma preocupação com uma parcela da população que, se antes não tinham políticas específicas para responder

aos seus anseios, agora, são vistas como sujeitos e esta visão se estende a todos os espaços que eles ocupam. No segundo, escapa do discurso de que esses jovens devem ser apenas vistos como sujeitos inseridos num processo maior de desenvolvimento social e econômico do país. Há, enfim, uma tensão entre qualidades da educação e, se levarmos em consideração os cadernos analisados do PNEM, podemos dizer que a problematização da noção de juventude é um princípio estratégico para a sua formulação. Um Ensino Médio de qualidade seria aquele que visasse efetivar uma *escola para e com jovens*, princípio fundamental para currículos e práticas docentes.

### Referências:

AQUINO, Yara. **Estudo mostra melhora do desempenho de jovens brasileiros em matemática.** Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-02/estudo-mostra-melhora-do-desempenho-de-jovens-brasileiros-em-matematica>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

BARBOSA, Ericka Fernandes Vieira. **Políticas públicas para o Ensino Médio e juventude brasileira.** Brasília: Unb, 2009. 220 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

BRASIL. \_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394, 1996.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-normaatualizada-pl.html>>. Acesso em: 25 set. 2015.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. **Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm)>. Acesso em: 09 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude. **Projeto de Lei 4530/2004, Plano Nacional de Juventude, 2004.** Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=86656547CD6966334370AA0EB9A451CF.proposicoesWeb1?codteor=253927&filename=PL+4530/2004](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=86656547CD6966334370AA0EB9A451CF.proposicoesWeb1?codteor=253927&filename=PL+4530/2004)>. Acesso em: 09 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Juventude. **Projeto Político Pedagógico Integrado do Projovem Urbano.** Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Urbano, 2008. Disponível em: <[http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/arquivos/File/Projovem%20Urbano/projeto\\_pedagogico\\_projovem\\_PPI.pdf](http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/arquivos/File/Projovem%20Urbano/projeto_pedagogico_projovem_PPI.pdf)>. Acesso em: 09 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Portaria nº 971, de 09 de outubro de 2009.** Institui o Programa Ensino Médio Inovador. Brasília: Ministério da Educação, 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=1634-port-971&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1634-port-971&Itemid=30192)>. Acesso em: 10 mai. 2016.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 2**, de 30 de janeiro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: CNE, 2012. Disponível em: <[http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/resolucao\\_ceb\\_002\\_30012012.pdf](http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/resolucao_ceb_002_30012012.pdf)>. Acesso em: 10 mai. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Pacto Nacional Pelo Fortalecimento do Ensino Médio**, 2013a. Disponível em: <[http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/pacto\\_fort\\_ensino\\_medio.pdf](http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/pacto_fort_ensino_medio.pdf)>. Acesso em: 10 mai. 2016.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Básica. **Formação de professores do ensino médio, etapa I - caderno I: ensino médio e formação humana integral** / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: UFPR / Setor de Educação, 2013b.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Básica. **Formação de professores do ensino médio, etapa I - caderno II: o jovem como sujeito do ensino médio** / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica; [organizadores : Paulo Carrano, Juarez Dayrell]. – Curitiba : UFPR/Setor de Educação, 2013c.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Básica. **Programa Ensino Médio Inovador – Documento orientador**, 2014. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=15482&Itemid=>](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=15482&Itemid=>)>. Acesso em: 01 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei nº 12852, Estatuto da Juventude**, 2013d. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm)>. Acesso em: 09 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Básica. **Programa Ensino Médio Inovador – Documento orientador**, 2014. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=15482&Itemid=>](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=15482&Itemid=>)>. Acesso em: 01 out. 2015.

CATANZARO, Fabiana. **O Programa São Paulo faz Escola e suas apropriações no cotidiano de uma escola de ensino médio**. São Paulo: USP, 2012. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

COUTINHO, Renato Xavier; FOLMER, Vanderlei; PUNTEL, Robson Luiz. Aproximando universidade e escola por meio do uso da produção acadêmica na sala de aula. **Ciência & Educação**, Baurú, v. 20, n. 3, p. 765-783, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v20n3/1516-7313-ciedu-20-03-0765.pdf>>. Acesso em: 09 mai. 2016.

DELEUZE, Gilles. O novo arquivista (Arqueologia do Saber). In: **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005. p. 13-32.

DESCONEXÃO entre escola e realidade. **Zero Hora**, Caderno Educa, Porto Alegre, ano 52, n. 18180, 23 de jul. 2015, p. 7-8.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade II: O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

\_\_\_\_\_. O cuidado com a verdade. In: MOTTA, Manoel. (Org.). **Ética, Sexualidade e Política: Ditos e Escritos V**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 240-251.

\_\_\_\_\_. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

GANDOLFO, Maria Ângela. **Formação de Professores de Ensino Médio e (in) visibilidade de experiências de protagonismo juvenil**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 248 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

GONZALES, Zuleika; GUARESCHI, Neuza Maria. O protagonismo social e o governo de jovens. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud .cienc.soc.niñez juv**, Manizales , v. 7, n. 1, p. 37-57, Jan. 2009 . Disponível em: <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1692-715X2009000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-715X2009000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso 09 Abr. 2016.

LEÃO, Geraldo; DAYRELL, Juarez; REIS, Juliana. Jovens olhares sobre a escola do Ensino Médio. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 31, n. 84, p. 253-273, maio-ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v31n84/a06v31n84.pdf>>. Acesso em: 07 mai. 2016.

SOUZA, Regina. **O discurso do protagonismo juvenil**. São Paulo: Paulus, 2008.

SPOSITO, Marília; CARRANO, Paulo. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, dez. 2003. p. 16-39. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782003000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 09 Abr. 2016.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.